

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 12/11/2018 14:51:12, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, **Dra ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**. Eu, \_\_\_\_\_, Escrivão Judicial I, subscrevo.

**SENTENÇA**

Processo nº: **1007959-64.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Sustação de Protesto**  
 Requerente: **Tiago Rafael Bombo**  
 Requerido: **Dante Cristiano Verdolini**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). ANA CLÁUDIA HABICE KOCK

Vistos.

Trata-se de Procedimento Comum - Sustação de Protesto proposta por **TIAGO RAFAEL BOMBO** em face de **DANTE CRISTIANO VERDOLINI** a pretexto de ter extraviado talonário de cheque. Houve protesto de cártula que constava de tal talonário. Desconhece a causa da emissão.

O réu foi citado e contestou aduzindo que o cheque foi emitido como parte de pagamento em negociação realizada com terceiro. Houve desacordo comercial e protesto do título pelo réu (fls. 34/41).

Houve réplica (fls. 154/157).

**É O RELATÓRIO.****DECIDO.**

O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do inciso I, do artigo 355 do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria de fato e direito, passível de julgamento com as provas constantes dos autos.

O pedido é improcedente.

O que basta é a posse do cheque pelo réu e a presunção de que não foi


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**4ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

pago.

Logo, inexistindo qualquer vício que comprometa a emissão do cheque *sub judice*, a autonomia e a abstração típica da obrigação cambial põe a salvo o direito ao crédito do portador, ou seja do requerido, sendo de somenos investigar a *causa debendi*. A respeito:

*Monitória – Cheques com a força executiva prescrita – Ajuizamento no biênio da ação de enriquecimento (art. 61 da Lei n. 7.357/85) – Posse dos cheques pela autora que faz a presunção de não terem sido pagos – **Desnecessidade de se perquirir a "causa debendi" – Obrigação autônoma e independente (art. 13, "caput", da Lei n. 7.357/85) - Valor do título judicial com atualização monetária e juros de mora a partir da apresentação dos cheques ao banco sacado, "ex vi" do art. 52 da Lei do Cheque – Inclusão antecipada de custas e despesas processuais – Título constituído e supressão dessas verbas - Correção monetária desde a emissão dos cheques e juros legais, de 1% ao mês, desde primeira apresentação ao sacado, sem solução de continuidade até o pagamento – Decaimento mínimo da autora que não altera os ônus de sucumbência, os honorários advocatícios não majorados, visto que fixados no máximo legal, observada a gratuidade processual - Recurso desprovido, com observação. (TJSP; Apelação 0012242-16.2012.8.26.0084; Relator (a): Cerqueira Leite; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional de Vila Mimosa - 5ª Vara; Data do Julgamento: 09/11/2018; Data de Registro: 09/11/2018) (negritou-se)***

Cediço que o cheque é ordem de pagamento à vista e sua noção-conceito é a de título bancário formal, autônomo e abstrato, que contém uma declaração unilateral de vontade, enunciada pelo sacador por uma ordem incondicionada de pagamento à vista, em dinheiro, dirigida ao sacado, em benefício do portador, correspondente à importância indicada.

Dessarte, o cheque é título cambial, mas não é título de crédito e muito menos título de crédito causal, mas instrumento de pagamento, um quase dinheiro. Fran Martins pondera que, a princípio, o cheque não deve ser considerado um verdadeiro título de crédito, *já que o fator crédito não existe de modo abstrato e sim está ligado à circunstância de possuir o sacado, a quem a ordem de pagamento é dada, importâncias*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**4ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

*que na realidade pertencem ao depositante.<sup>1</sup>*

Noutras palavras, o uso do cheque dispensa a circulação efetiva de dinheiro para a liquidação de obrigações e o simples recebimento do cheque pelo portador não significa pagamento. Isso porque, como ordem de pagamento que é, o pagamento só estará consumado quando a ordem for cumprida pelo sacado, seja com a entrega real do dinheiro do qual é depositário, seja com o lançamento em conta-corrente do portador da importância escrita no cheque. Pela circunstância de ser ordem de pagamento, a emissão do cheque é *pro solvendo* e leva à conclusão de que o emitente fica sempre responsável pela dívida caso o sacado não resgate o título, em especial se não tem provisão de fundos depositados.

Por tudo isso, a investigação sobre a "causa debendi" do cheque, em razão de sua autonomia, título não causal que é, só é permitida em presença de sérios indícios de que a obrigação foi constituída em flagrante desrespeito à ordem jurídica ou se configurada a má-fé do possuidor do título. Nesse sentido: RSTJ 130/376.

No magistério de Rubens Requião: *O artigo 15 da Lei n. 7.357, de 1985, estabelece que o emitente garante o pagamento, considerando-se não escrita a declaração pela qual se exima dessa garantia. É óbvio que assim seja, pois o cheque contém, necessariamente, como requisito essencial e intrínseco, uma ordem incondicional de pagar quantia em dinheiro. Quem não quiser pagar cheque que não o emita<sup>2</sup>.*

O eminente Humberto Theodoro Júnior menciona jurisprudência apropriada ao caso em exame: *Diante da literalidade e autonomia do cheque, o portador nada tem que provar a respeito de sua origem. Ao devedor é que, suscitada a discussão do negócio subjacente, cumpre o encargo de provar que o título não tem causa ou que sua causa é ilegítima, devendo, outrossim, fazê-lo por meio de prova robusta, cabal e convincente, porquanto, ainda na dúvida, o que prevalece é a presunção legal de legitimidade do título cambiário.<sup>3</sup>*

Neste sentido, deu-se oportunidade às partes para especificação de provas, quando somente o réu manifestou-se pela prova oral, enquanto o autor

<sup>1</sup> "Títulos de Crédito", Ed. Forense, 1993, 5ª ed., vol. II, pág. 13.

<sup>2</sup> "Curso de Direito Comercial", Ed. Saraiva, 1988, 17ª ed., 2º vol., pág. 393.

<sup>3</sup> "Títulos de Crédito e outros títulos executivos", Ed. Saraiva, 1988, pág. 137, n. 85.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

permaneceu silente, não se esforçando em trazer à tona a verdade dos fatos (fls. 215).

Conquanto questione a emissão da cártula, não controverteu a autenticidade de sua assinatura aposta na cártula, permitindo presumir a legitimidade do título cambiário.

Nesse contexto, imperiosa a improcedência do pedido.

Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** o pedido da presente ação.

Condeno o autor ao pagamento de custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios no valor de R\$1.000,00 com juros e correção monetária, observando-se, todavia, a gratuidade concedida.

Publique-se e Intimem-se.

Araraquara, 5 de dezembro de 2018.

**ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**

Juíza de Direito

**DATA**

Em **5 de dezembro de 2018**, recebi estes autos em cartório. Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente, escrevi.